

O
PARAHYBANO

07 DE JULHO
DE 1892

O PARAHYBANO

DIARIO POLITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

Anno I

REDACÇÃO E TYPOGRAPHIA

RUA DA MISERICORDIA N. 9 A
Avulso do dia..... 60 rs.
Do dia anterior..... 100 rs.

PARAHYBA DO NORTE

QUINTA-FEIRA 7 DE JULHO DE 1892

ASSIGNATURAS

CAPITAL.—Por tres mezes..... 3\$000
INTERIOR E ESTADOS—Anno..... 14\$000
Sem... 8\$000—Trim... 4\$000

N. 111

MENSAGEM

Irs. Membros do Congresso Constituinte do Estado da Parahyba do Norte

(Continuação)
FINANÇAS

A divida activa do Estado até 18 de fevereiro de 1892 attingiu a	232:637\$576
Proveniente de:	
Dízimo de gado	29:620\$000
Rezas abatidas para consumo	8:180\$420
Decima urbana	36:62\$865
Industrias e profissões	18:823\$739
Multas	33:081\$916
Alcance dos collectores	26:308\$636

Arrecadou-se de 19 de fevereiro até 31 de maio	1:734\$044
Sendo:	
De decima urbana	884\$440
De industrias e profissões	377\$700
De multas	471\$904

A divida activa até 31 de maio ficou reduzida a	230:903\$532
Com a seguinte proveniencia:	
Dízimo de gado	29:620\$000
Rezas abatidas	8:180\$420
Decima urbana	35:738\$425
Industrias e profissões	98:446\$039
Multas	22:610\$012
Alcance de collectores	26:308\$636

Todos os empregados estão pagos até 30 de junho do anno passado, tendo sido regulado o serviço de conformidade com a ordem n.º 337 de 13 de fevereiro d'este anno.

A lei n.º 845 de 6 de dezembro de 1887 no art. 21 autorizou a presidencia a entrar em accordo com os possuidores de letras ou apolices provinciaes a respeito dos juros das mesmas, consolidando d'ita renda com os juros vencidos e a vencer até 5% ao anno. Não consta no thesouro qualquer providencia sobre a execução d'essa disposição.

No dia 18 de fevereiro existia no thesouro o saldo em moeda de 2:783\$788 e no dia 31 de maio o de 18:211\$120 réis.

Do exame feito sobre a divida passiva tal como fica descripta, segundo informações authenticas do thesouro, resulta o seguinte:

Em 18 de fevereiro de 1892, dia em que assumi a direcção do Estado, era ella de 894:282\$890 réis, d'aquella data até 31 de maio ultimo cresceu de 122:859\$078 importância dos serviços prestados de 19 de fevereiro até 31 de maio, dando a somma total de 1:014:141\$968 réis. X Paguei n'este periodo a importância de 67:6:0\$007 réis, ficando portanto reduzida a divida passiva a 946:491\$961 réis; de passagem vos scientifico que em officio n.º 4349 de 7 de junho ultimo auctorizei ao inspector do thesouro o pagamento do funcionalismo do Estado relativo ao mez de julho do anno passado, visto já estar pago o mez de junho, tendo feito respeitar o disposto na ordem n.º 337 de 13 de fevereiro deste anno, sem divida tal medida é attenuante d'aquella divida.

Tendo em vista a marcha do nosso movimento financeiro em frente das despesas consignadas no orçamento para o exercicio de 1891 pelo qual mais ou menos nos regulamos, necessariamente a divida passiva crescerá muito e tomaria proporções assombrosas se um paradeiro parcial não lhe fosse imposto pelo estancamento de certas despesas correspondentes a serviços annullados pela junta revolucionaria. A nossa divida activa que em 18 de fevereiro deste anno era de 232:637\$576 réis, pela cobrança de 1:734\$044 réis, realizada d'essa data a 31 de maio, ficou no fim deste mez reduzida a 230:903\$532 réis. Sobre este ponto não me descuidei e isto provam os meus officios n.º 487 de 4 de março e n.º 792 de 19 de abril ao inspector do thesouro.

De modo nenhum poderemos contar com a totalidade de sua importancia para conjunctamente com as verbas orçamentarias consignadas como receita realizavel até o fim do anno, effectuar o pagamento da divida passiva; dando-se mesmo a favoravel hypothese de ser possivel a sua cobrança integral, ainda assim não ficaria extinta a divida passiva no corrente anno, visto ser apenas de 250 a 300 contos a importancia da receita a ser arrecadada de julho a dezembro do anno corrente.

Não é sem fundamento que me refiro ao pagamento da divida passiva, porque a não serem algumas parcelas da despeza orçada nos ultimos exercicios financeiros, como a aquellas que se referem a força policial, alimentação de presos, expediente das repartições do Estado, tudo o mais tem passado para o titulo *divida passiva* pela impontualidade dos respectivos pagamentos. Tem havido na nossa marcha financeira uma verdadeira invasão dos exercicios uns nos outros, facto em parte permitido pelo disposto no art. 117 do regulamento n.º 28 de 22 de dezembro de 1883, cuja letra não tem podido ser integralmente respeitada, digamos sem medo de erro, por falta de renda, sendo disto causas determinantes: 1.º a imprudencia orçamentaria, 2.º a deficiente soma arrecadação das rendas, 3.º a falta de regularização de certas parcelas da divida passiva, por exemplo, a que se refere a obras publicas, cujo juro já é igual a uma vez e meia ao capital primitivo.

Ilustres congressistas, não nos illudamos, está provado pela experiencia que a nossa renda annual tem girado em torno da media 500 contos, é exacto que isto não é a expressão legitima das nossas forças, mas a realidade tem sido aquella, portanto deve ser mediante tal ponderação que deveremos, sem alargamentos, archivar-nos a organização dos nossos serviços, tudo o que sahir fora d'essa circumscripção será edificado no ar e nunca passarão da triste situação em que nos achamos; as conjecturas optimistas são ordinariamente falazes, cumpre não avararmos-nos, porém firmarmos nos com segurança. O meu officio ao inspector do thesouro n.º 788 de 19 de abril tem principalmente por objectivo a orientação sobre a base infallivel em que devem assentar as nossas despesas.

Não deveremos esquecer que com a organização do Estado passarão a ser pelo mesmo custeadas as despesas de magistratura, chefatura da policia, agentes da alta administração etc. que presentemente correm por conta da União.

Com o fim de fazer entrar para os cofres do Estado quantias de que não podia prescindir e assim ir melhorando as nossas circumstancias, restabeleci pelo decreto n.º 28 de 26 de maio os impostos sobre heranças e legados, sobre couros secos e salgados e o dízimo do gado vacum, cavallar e mular; foram dadas razões minuciosas nos considerandos que acompanham o mesmo decreto.

Tinhamos suprema necessidade d'um regulamento mais efficaz sobre a arrecadação das rendas do Estado.

Ordinariamente, quando se manifesta o desequilibrio da receita com a despeza, procura-se o remedio na decretação de novos impostos ou elevação da taxa dos existentes sem fazer-se o exame dos processos de arrecadação a ends para corrigir os seus defeitos, o que sendo feito, constitue o remedio principal.

Temos disto exemplo. A lei n.º 695 de 1880 fixou em 1\$500 o imposto do volume do algodão exportado por barreira, segundo dados do thesouro, mediante aquella taxa, a renda em 1892 foi de rs. 41:472\$018 e de 35:288\$400 em 1883.

(Continua)

REGULAMENTO N. 34

(DECRETO N. 26 DE 28 DE MAIO DE 1892)

ART. 3.º § UNICO)

TITULO 3.º

Renda Externa

CAPITULO I

SECÇÃO IV

DA ESCRITURAÇÃO E MODO DE ARRECAÇÃO (Continuação)

§ 9.º Examinar no fim de cada trimestre se os collectores e estacionarios fiscaes recolheram ao thesouro as rendas arrecadadas, dando immediatamente parte no caso contrario ao inspector, bem como de qualquer alcance em que se acharem.

§ 10. Informar ao inspector do thesouro e representar ao Governador do Estado sobre todas as causas em que for preciso tomar qualquer providencia para prevenir de fraudação dos direitos da fazenda, não só em relação aos collectores e estacionarios fiscaes, como em relação aos arrematantes de impostos.

§ 11. Dizer de facto e de direito sobre as apprehensões, e sobre inventarios e partilhas, contas de testamento, e outros actos judiciais, em que a fazenda do estado seja interessada.

Art. 159. Os ajudantes do procurador fiscal que forem promotores publicos servirão independentemente de novo titulo e compromisso.

Art. 160. Os mandados, precatorias, e quaisquer outras diligencias, que no interesse da fazenda do Estado se houver de promover em cada um dos termos, serão remetidos directamente ao respectivo ajudante do procurador fiscal.

SECÇÃO VI

DAS APPREHENSÕES

Art. 161. Ficam sujeitas a apprehensão as mercadorias exportadas e importadas nos casos expressos n'este regulamento.

Art. 162. Constitue prova unica e absoluta do pagamento ou deposito do imposto de exportação a exhibição do conhecimento extrahido do livro do talão pela estação fiscal do districto, donde a mercadoria tiver partido (art. 127), e do pagamento do imposto de importação o conhecimento do talão extrahido pela primeira estação fiscal onde a mercadoria tocar.

Art. 163. Realizada a apprehensão, o estacionario fiscal lavrará immediatamente termo circunstanciado della mencionando-se o dia, hora, lugar, qualidade das mercadorias apprehendidas, numero do volume, e inscripção que estas contiverem, nome do conductor, ou conductores, o lugar de sua proveniencia e lhes dará deposito seguro; este termo será lavrado pelo escrivão, assignado pelo estacionario fiscal, o conductor ou conductores; quando algum d'estes não souber escrever, ou não quizer assignar isto mesmo se declara no termo, em que assignará mais uma testemunha.

Art. 164. Satisfeitas as formalidades do artigo antecedente o estacionario fiscal nomeará arbitros habilitados, que procedam a avaliação das mercadorias apprehendidas. D'esta avaliação lavrará o escrivão termo em seguida ao da apprehensão assignado pelo estacionario e arbitros.

(Continua)

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXM. SR. DR.

ALVARO LOPES MACHADO

Dia 4 de Julho

Portarias:

Concedendo tres mezes de licença, com ordenado, na forma da lei, ao bacharel José Herculano Bezerra Luna, juiz de direito da comarca da Conceição, para tratar de sua saúde, onde lhe convier, ficando marcado o prazo de trinta dias para entrar no gozo da referida licença.

Concedendo igual tempo de licença e nas mesmas condições, ao bacharel José de Souza Mattos Rolim, juiz municipal e de orphãos do termo de Princesa.

Nomeando uma junta medica composta dos Drs. Antonio da Cruz Cordeiro Junior, José do Azevedo Maia e Agnelo Candido Lins Fialho, para inspecção da saúde do cidadão Manoel Evangelista, contador do thesouro do estado, no dia 7 do corrente mez, ás 11 horas da manhã, na secretaria do mesmo thesouro.

Fizeram-se as devidas communicações. Nomeando os cidadãos Manoel Firmino de Medeiros e capitão José Vicente Queiroga para os lugares de 1.º e 2.º supplentes do juiz municipal e do orphão do termo de Princesa, na ordem em que vão scriptos os seus nomes, durante o quadriennio que começou a 20 de maio ultimo, ficando mar-

cado o prazo de sessenta dias para solicitar os seus titulos e contrahirem o respectivo compromisso.

Communicação ao juiz de direito da comarca para os fins convenientes.

Transferindo, sob proposta do dr. director da instrução publica, as cadeiras do ensino primario da povoação de Unhuseiro para a villa de Natuba.

Designando o professor avulso cidadão Paulino José da Costa de Negreiros para o exercicio na cadeira do sexo masculino da villa de Natuba e nomeando D. Anna Ephrosina Biserra Cabral para exercer interinamente a do sexo feminino da mesma villa.

Deu-se o conveniente destino as respectivas portarias.

Exonerando, a pedido, sob proposta do dr. chefe de policia, os cidadãos Theophilo José Pereira do cargo de subdelegado do districto de Bananeiras e Joaquim Pereira de Sa do de 1.º supplente do subdelegado do districto de Pilões.

Nomeando para o referido cargo de subdelegado o cidadão Tertuliano Bizzerra Cavalcante e para o de 1.º supplente o cidadão Adolpho Bizzerra Carneiro da Cunha.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de policia, para os fins devidos.

Circular:

Ao dr. chefe de policia, remetendo um exemplar da mensagem que o governo dirigiu ao congresso constituinte do estado, por occasião de sua instalação no dia 1.º do corrente mez.

Ignaveis ao inspector da thesouraria de fazenda, inspector do thesouro, director da instrução publica, inspector da alfandega, capitão do porto, presidente da intendencia, dr. inspector da hygiene, dr. inspector de saúde do porto, commandante do corpo policial, dr. juiz de direito da capital, juiz municipal e promotor publico da capital, chefe da estação telegraphica, commandante do 27 batalhão de infantaria, provedor da Santa Casa d. Misericordia, associação commercial, administrador dos correios e engenheiro fiscal da estrada de ferro Conde d'Eu.

Officios:

Ao inspector do thesouro do estado, remetendo, para serem distribuidos pelas collectorias, estações fiscaes, mesa de rendas de Mamanguape e fiscaes de barreiras, cem exemplares do regulamento n.º 43 de 28 de maio ultimo, para a arrecadação das rendas do mesmo estado.

Ao mesmo, remetendo, para os fins devidos, o extracto do ponto dos empregados da secretaria do governo, relativo ao mez de junho proximo findo.

DESPACHOS

Cordula Maria d'Annuniação. Em vista da informação do inspector do thesouro n.º 14 ha que deferir, visto a divida a que se refere a supplicante ter sido perdoada em 15 de maio de 1892.

Major Luthgardes Aureliano Poggi de Figueiredo. Indefido, em vista da informação do thesouro.

Bacharel José de Souza Mattos Rolim. Como requer.

Manoel Evangelista. Deferido, seja nomeada uma junta medica composta dos Drs. Antonio da Cruz Cordeiro Junior, José do Azevedo Maia e Agnelo Candido Lins Fialho para inspecção da saúde do supplicante no dia 7 do corrente, ás 11 horas do dia, na secretaria do thesouro.

Artur Achilles das Santos. Pague-se.

Major Francisco de Sá Pereira. Ao dr. chefe de policia para providenciar.

A mensagem

II

Articular-se contra a mensagem do exm. sr. dr. Alvaro Machado, que ella seja um documento nullo, estheticamente máo, cheio de paradoxos e inverdades é desconhecer inteiramente a acceção d'esses qualificativos, ou, pelo menos, estar tão affeito e familiarizado com a futilidade e insubsistencia do regimen nullo que neste Estado terminou com a queda da passada situação, a ponto de não admittir que na esphera a que não podem chegar os louvaminheiros inconscientes d'aquella epocha, se produza mais o melhor, ou que não se produza nada na mesma quantidade o qual-

idade, que fiseram do alludido regimen, um como Sahara esteril.

E' o que faz simplesmente, philosophicamente, estupidamente, o critico do «Estado do Parahyba» que se propõe esquadriñar a mensagem, apontando-lhe os senões e defeitos, exercendo, d'est'arte, o direito de fiscalisar os actos administrativos, direito que assiste a opposição.

Mas esse direito que exercido com apuro e criterio nobilita o respectivo agente, começou a ser mal usado, desnaturalizado mesmo pelo

articulista, cuja intenção, não de criticar com justeza, mas de deturpar e vilipendiar tudo quanto, pelas nuances de correcção, pode sa-

lientar o desmazelo da passada situação, resumbrando com toja a evidencia da mais ligeira e superficial de suas proposições.

Comprehende-se logo ao primeiro relancear d'olhos sobre o artigo de que nos occupamos, que este foi calcado nos moldes do despeito e obedeceu a um instincto malefico de quem quer que o traçou.

No que concerne ao historico do movimento administrativo do Estado, de que a mensagem é um resumo completo, o articulista dá mostras de não a ter manuseado quando attribue-lhe deficiencia dos dados recolhidos pelo honrado governador e das medidas apontadas ao congresso como urgentes e necessarias a organização do Estado.

A esse respeito nada escapou ao descortino do exm. sr. dr. Alvaro Machado, e o publico distinguirá entre a myopia do analysta, e a expressão do documento analysado.

O articulista melindrou-se, sentio-se profundamente chocado pela raiva, ao deparar na mensagem, com a declaração de que havia sido precursora da administração do dr. Alvaro Machado, uma junta governativa imposta pela vontade popular do povo em 27 de Dezembro...; mas quem ha ahi que desconheça está verdade?

Pois o articulista não se apercebe de que aviltasobre modo o prestigio do ex-governo do sr. Venancio Neiva, considerando ter elle desaparecido em consequencia de absoluta ausencia de força moral, para neutralisar a acção revolucionaria da *horde de turbulentos*, que o depoz do poder?

Onde estava então a flôr da gente parahybana, a mesnada de cavalheiros de consideração de que o sr. Venancio vivia acercado, que pelo prestigio de que eram portadores, não lograram evitar a catástrophe de uma queda tão desastrosa, que ao mesmo tempo que allenta a insignificancia do ex-governador, põe em evidencia a cobardia do seus associaes?

O facto é que o sr. Venancio

